

Sumário

Introdução.....	15
-----------------	----

1

ENTENDENDO A “BASE DA REFORMA TRIBUTÁRIA”	17
1.1. Por qual razão mudar: era realmente necessário? “É só o começo”.....	17
1.2. Antes da Reforma Tributária: como era o modelo de tributação sobre o consumo no Brasil?.....	19
1.2.1. Base de incidência altamente fragmentada setorialmente e múltiplas legislações complexas e difusas.....	19
1.2.2. Não cumulatividade “limitada”.....	24
1.2.3. Cobrança na origem e estímulo a guerra fiscal.....	31
• Resumo das regras que foram previstas originariamente pela CF/88..	35
• Resumo das regras existentes após a EC 87/2015.....	37
1.3. Modelos de Tributação sobre o consumo.....	38
1.3.1. Modelo norte-americano.....	39
1.3.2. Modelo europeu de tributação.....	40
1.3.3. Conclusões do modelo adotado na EC 132/2023.....	43

2

REFORMA TRIBUTÁRIA PARA DESESPERADOS: AS PRINCIPAIS MUDANÇAS MAIS SIGNIFICATIVAS	45
• Agenda verde na Reforma Tributária	45
• Convocação do Poder Legislativo pelo Comitê Gestor.....	46
• Nova competência do STJ.....	46
• Novos princípios.....	46
» Simplicidade	46

» Transparência	46
» Justiça Tributária	47
» Cooperação.....	47
» Defesa do Meio Ambiente	48
• Atenuar o efeito da regressividade.....	49
• Simples Nacional	49
• Características do IBS e CBS (tributos gêmeos)	50
• Imposto Seletivo	50
» Aspectos práticos do Imposto Seletivo.....	50
• ITCMD.....	51
» Progressividade.....	51
» Novas imunidades	51
» Mudança do foro competente	51
• Regras transitórias das “situações internacionais” enquanto não há lei complementar nacional.....	52
» IPVA.....	53
» IPTU.....	53
» IBS e CBS.....	54

3

ARTIGO POR ARTIGO: REFORMA FACILITADA E ESQUEMATIZADA.....	55
3.1. Dos dispositivos que começaram a vigorar imediatamente (21/12/2023)..	55
3.1.1. Art. 43 § 4º: Agenda Verde.....	55
3.1.1.1. Resumo.....	58
3.1.2. Art. 50: Poder Legislativo.....	58
3.1.2.1. Aprofundamento.....	60
• Princípio da colegialidade	61
• Princípio da simetria e impossibilidade de aumentar o alcance da norma pela Constituição Estadual.....	63
• Julgados em destaque.....	64
3.1.2.2. Resumo.....	65
3.1.3. Art. 105-I, j: Competência do STJ.....	65
• Decisões sobre o art. 102, I, f do STF, em que NÃO há competência do STF.....	68
• Decisões sobre o art. 102, I, f do STF, em que HÁ competência do STF por densidade suficiente de abalar o pacto federativo.....	70

3.1.3.1.	Resumo.....	73
3.1.4.	Art. 145: Princípios	73
•	Princípio da Simplicidade.....	73
•	Princípio da Transparência	76
•	Princípio da Justiça Tributária.....	77
•	Princípio da Cooperação.....	79
•	Princípio da Defesa ao Meio Ambiente	80
•	Regressividade.....	81
3.1.4.2.	Aprofundamento.....	83
3.1.4.3.	Resumo.....	85
»	Simplicidade.....	85
»	Transparência	85
»	Justiça Tributária.....	86
»	Cooperação.....	86
»	Defesa do Meio Ambiente.....	87
»	Atenuar o efeito da regressividade	87
3.1.5.	Art. 146. Do Simples Nacional.....	88
•	O que é o Simples Nacional?.....	89
3.1.5.1.	Aprofundamento.....	90
•	Mudanças do Simples Nacional.....	94
3.1.5.1.	Resumo.....	95
3.1.6.	Art. 149-A: COSIP	95
•	COSIP	95
»	Entendimento do STF – expansão e melhoria.....	96
•	COSIP – novidade	96
3.1.6.1.	Resumo.....	97
3.1.7.	Art. 149-B: Normas comuns do IBS e CBS.....	97
•	Qual a razão dos tributos gêmeos?.....	99
•	Primeira característica	99
3.1.7.1.	Aprofundamento.....	99
»	<i>Bis in idem</i> (ou bitributação econômica)	99
»	Bitributação (ou bitributação jurídica)	101
»	Voltando às normas comuns ao IBS e CBS	103
•	Segunda característica.....	104
•	Terceira característica.....	104
•	Quarta característica.....	105
•	Quinta característica	108
3.1.7.2.	Resumo.....	108

3.1.8. Art. 149-C: Operações contratadas pela Administração Pública...	109
3.1.8.2. Resumo.....	114
3.1.9. Art. 150: Entidades Religiosas e Correios	114
• Entidades Religiosas.....	115
3.1.9.1. Aprofundamento.....	120
• Correios.....	125
3.1.9.3. Resumo.....	131
3.1.10. Art. 153 e Art. 155: Imposto Seletivo	131
• Extrafiscalidade.....	132
• Houve a substituição do IPI?.....	134
• Diferenças do IPI e do Imposto Seletivo.....	135
» Diferenças do IPI e do “Imposto Seletivo” após a EC 132/2023 ...	135
• Haverá realmente “seletividade” no imposto seletivo?.....	136
• Comentários aos incisos do Imposto Seletivo.....	142
» Alíquotas e Instituição.....	142
» Monofásico.....	143
» Cálculo por fora.....	143
» Inciso IV.....	145
» Inciso V.....	145
» Inciso VII.....	145
» Diferenças do IS com o IBS/CBS.....	148
3.1.10.1. Resumo.....	149
• Aspectos práticos do Imposto Seletivo.....	149
3.1.11. Art. 155: ITCMD.....	150
• Progressividade da alíquota.....	151
• Novas Imunidades.....	156
• Regras de Competência.....	157
• Regras transitória das “situações internacionais”.....	162
3.1.11.1. Resumo.....	176
• Regras transitórias das “situações internacionais” enquanto não há lei complementar nacional.....	177
3.1.12. Art. 155: IPVA.....	178
• Regramento legal.....	178
• Fato gerador.....	178
» Por quê?.....	179
• O que aconteceu com o IPVA?.....	184
• Limites ao poder de tributar – navios e aeronaves.....	185
• Progressividade do IPVA. Seletividade quanto ao meio ambiente.....	186

3.1.12.1. Resumo.....	202
3.1.13. Art. 155: IPTU	203
• Aprofundamento: julgados importantes.....	205
3.1.13.1. Resumo.....	209
3.1.14. Art. 156-A: IBS.....	209
3.1.14.1. Reflexões sobre a “competência compartilhada” (caput)	214
• E o que aconteceu com o IBS?.....	218
3.1.14.2. Da instituição por Lei Complementar Federal (caput)	220
3.1.14.3. Da neutralidade (§ 1) do IBS e CBS (IVA Dual).....	223
3.1.14.4. Base ampla de incidência – IBS e CBS (§ 1, inciso I e II)	224
3.1.14.5. Não cumulatividade – IBS e CBS (§ 1, III, VIII, § 5, II, III, § 7º, II)	233
• Não cumulatividade: regras e exceções	234
• Qual a razão da não cumulatividade?.....	235
3.1.14.6. Legislação única e uniforme, exceto quanto às alíquotas - IBS e CBS (§1, inciso IV e V)	240
3.1.14.7. Alíquotas idênticas para todos os bens, direitos e serviços - IBS e CBS (§1, inciso VI).....	242
3.1.14.8. Vedação a criação de regimes específicos ou favorecidos de tributação, exceto os já previstos na Constituição - IBS e CBS (§ 1º, inciso X, § 6º).....	243
• Regras iguais, exceções também	243
• Exceções previstas na Constituição Federal.....	255
• Regimes diferenciados de tributação.....	255
• Outras características dos regimes diferenciados de tribu- tação.....	257
• Regimes específicos de tributação.....	259
3.1.14.9. Alíquotas de Referências - IBS e CBS (§1, inciso XII, § 9)	261
• Definição	261
• Primeira característica	262
• Segunda característica	263
• Terceira característica	263
• Quarta característica.....	264
• Quinta característica	264
3.1.14.10. Cálculo por fora e não inclusão da base de cálculo de outros tributos – IBS (§1, inciso IX).....	265
3.1.14.11. Imunidade do serviço de comunicação – IBS e CBS (§1, inciso XI).....	265
3.1.14.12. Tributação no destino pelo somatório das alíquotas – IBS (§1º, inciso VII).....	266

• Tributação no Destino: Uma mudança no jogo da arrecadação.....	266
3.1.14.13. Transparência – valor informado no documento fiscal – IBS e CBS (§1, inciso XIII).....	268
3.1.14.14. Responsabilidade tributária ampliada – IBS e CBS (§3)	268
3.1.14.15. Arrecadação e distribuição pelo Comitê Gestor – IBS (§4).....	275
3.1.14.16. Cashback do IBS (§5, VIII, § 13).....	276
• Diferença do cashback para a CBS.....	277
3.1.14.17. Outros critérios definidos pela Lei Complementar (§5).....	277
3.1.14.18. Resumo.....	280
3.1.15. Art. 156-B: Comitê Gestor.....	281
• Composição, financiamento e decisões	286
• Características Relevantes.....	288
3.1.15.1. Resumo.....	290
3.1.15. Arts. 158 e 159: Repartição de Receitas.....	291
3.1.16. Arts. 159-A, 161 e 167: Fundo Nacional e Direito Financeiro.....	294
3.1.17. Art. 177: IDE-Combustíveis.....	296
3.1.18. Art. 195, inciso V: CBS.....	297
• Linhas Gerais.....	297
• Diferenças: CBS vs IBS	298
• Características e paralelismo com o IBS.....	298
• Cálculo por fora e não inclusão da base de cálculo de outros tributos - CBS (§ 17).....	299
• Cashback (§§ 18 e 19).....	300
3.1.18.1. Resumo.....	301
3.1.18. Art. 198, 212-A e 225.....	302
3.1.19. Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.....	305
• Arts. 76-A e 76-B.....	305
• Art. 92-B: Zona Franca de Manaus.....	306
» E o que dispõe a Reforma Tributária?	308
• Arts. 124 a 130: Regras de Transição.....	309
» Início da transição em 2026.....	313
» Anos de 2027 e 2028.....	314
» Anos de 2029 a 2032.....	315
• Arts. 131 a 135 – Regras de Transição – tributação no destino, ICMS, saldos credores.....	316
» Tributação no destino.....	321

• Art. 133	322
• Benefícios fiscais do ICMS no período de transição (2029 a 2032).....	323
• Saldos Credores do ICMS (art. 134 do ADCT)	331
» 1. O contribuinte apresentará pedido de homologação do seu crédito, e o fisco terá um prazo para se manifestar sobre o pedido....	333
» 2. Se o fisco se pronunciar favoravelmente, ou não se manifestar no prazo estabelecido pela lei complementar, o saldo credor será considerado homologado.	334
» 3. Uma vez homologado, tal crédito poderá ser compensado com o IBS, obedecendo às seguintes condições.....	334
• Art. 136: Nova Contribuição dos Estados	335
» Contribuição sobre Produtos Primários e Semielaborados.....	335
• Dispositivos relevantes da EC 132/2023.....	336
3.1.20. Dispositivos que entrarão em vigor em 2027.....	341
• Art. 37, §§ 17 e 18.....	341
• Art. 146, III, d	342
• Art. 153, V	343
• Art. 156-A	344
• Art. 156-A	344
• Art. 225	345
• Art. 239	346
3.1.21 Dispositivos que entrarão em vigor em 2033.....	347
• Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.....	350